UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

JOSÉ PAULO MICHELETTO NAVES

Assessoriedade Administrativa e Erro no Direito Penal

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Mariângela Gama de Magalhães Gomes

São Paulo – SP

2018

JOSÉ PAULO MICHELETTO NAVES

Assessoriedade Administrativa e Erro no Direito Penal

Dissertação de Mestrado apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação da Professora Associada Mariângela Gama de Magalhães Gomes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca e Catalogação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Naves, José Paulo Micheletto.

Assessoriedade Administrativa e Erro no Direito Penal / José Paulo Micheletto Naves ; orientadora Mariângela Gama de Magalhães Gomes -- São Paulo, 2018.
180 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) -- Universidade de São Paulo, 2018.

1. Sociedade de Risco. Dolo. Erro. 2. Princípio da legalidade. 3. Tipicidade penal. 4. Remissão normativa. 5. Assessoriedade administrativa. I. Gomes, Mariângela Gama de Magalhães, orient. II. Título

Folha de Aprovação

Nome: Naves, José Paulo Micheletto.

Título: Assessoriedade Administrativa e Erro no Direito Penal.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Direito

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

RESUMO

Naves, José Paulo Micheletto. Assessoriedade Administrativa e Erro no Direito Penal. 2018. 180 fls. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A presente dissertação analisa como o instituto do erro no Direito Penal deve ser abordado quando incidente sobre a assessoriedade administrativa presente no tipo penal. Tendo em vista as mudanças que o Direito Penal vem sofrendo para se adequar à nova sociedade de risco em que se vive, os tipos penais passam a ser construídos de forma mais aberta, valendo-se com maior frequência de remissões normativas, dentre elas a assessoriedade administrativa. Isso posto, diferenciar-se-á esta das demais formas de remissão normativa para, assim, enfrentar como o erro sobre essa forma de remissão normativa deve ser tratado.

Palavras chave: Sociedade de risco. Princípio da legalidade. Tipicidade penal. Remissão normativa. Assessoriedade administrativa. Dolo. Erro.

ABSTRACT

Naves, José Paulo Micheletto. Subsidiarity and error in criminal law. 2018. 180p. Master – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This dissertation analyzes error within criminal vagueness theory defined through subsidiarity. In view of the changes that Criminal Law has endured in order to adapt to the new society of risk, criminal vagueness theory is now built to be more open, using regulatory references more frequently, including subsidiarity. The dissertation will also distinguish subsidiarity from other forms of normative remission, in order to examine the particularities of error within this form of normative remission.

Keywords: Principle of legality. Criminal vagueness theory. Normative remission. Subsidiarity malice. Error

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A TIPICIDADE PENAL E SEUS DÉFICITS NA SOCIEDADE DE RISCO	13
1.1 Direito penal do risco: constatação de uma realidade	13
1.2 Legalidade, a tipicidade penal e o impacto das remissões normativas.....	19
1.2.1 O princípio da legalidade e a tipicidade penal.....	19
1.2.2 A problemática das remissões normativas	22
1.2.3 Um contraponto necessário	25
2 OS TIPOS PENAIIS ABERTOS E A IMPORTANTE DIFERENCIAÇÃO DOS INSTITUTOS QUE OS COMPÕEM: A ASSESSORIEDADE ADMINISTRATIVA, A NORMA PENAL EM BRANCO, OS ELEMENTOS NORMATIVOS DO TIPO E OS ELEMENTOS DA VALORAÇÃO GLOBAL DO INJUSTO.....	27
2.1 Considerações iniciais.....	27
2.2 Assessoriedade administrativa	29
2.2.1 Da necessidade da construção de um conceito de assessoriedade administrativa	29
2.2.2 Terminologia a ser empregada: assessoriedade ou acessoriedade administrativa?	36
2.2.3 Os diferentes conceitos de assessoriedade administrativa	37
2.3 Lei penal em branco	48
2.3.1 Considerações iniciais.....	48
2.3.2 Origem e histórico	48
2.3.3 As diversas concepções de norma penal em branco	51
2.3.4 Elementos normativos.....	54
2.4 Os elementos de dever jurídico e os elementos de valoração global do fato	57
2.4.1 Considerações iniciais.....	57
2.4.2 A proposta de Hans Welzel: os elementos de dever jurídico	58
2.4.3 A ótica de Armin Kaufmann sobre o conceito dos elementos de dever	60
2.4.4 Claus Roxin e os elementos da valoração global do injusto	61
2.5 Tomada de posição	65
3 O ERRO NO DIREITO PENAL	69
3.1 Considerações iniciais.....	69
3.2 A evolução dogmática do instituto do erro	69
3.2.1 Teorias do dolo	72
3.2.1.1 Considerações iniciais.....	72
3.2.1.2 Teoria estrita do dolo.....	72
3.2.1.3 Teoria limitada do dolo	74
3.2.1.4 Teoria modificada do dolo.....	75
3.2.1.5 Críticas às teorias do dolo.....	75
3.2.2 Teorias da culpabilidade	76
3.2.2.1 Considerações iniciais	76
3.2.2.2 Teoria estrita da culpabilidade	78
3.2.2.3 Teoria limitada da culpabilidade.....	79
3.3 Erro de tipo.....	81
3.4 Erro de proibição.....	83

3.4.1 Considerações iniciais.....	83
3.4.2 Limites (objeto) do erro de proibição	84
3.4.3 A evitabilidade do erro de proibição.....	87
3.4.4 Erro e dúvida quanto à proibição.....	93
3.4.5 Erro com base em consulta técnica e fonte jurisprudencial	98
3.4.5.1 Considerações iniciais.....	98
3.4.5.2 Erro com base em consulta técnica	98
3.4.5.3 Erro com base em fonte jurisprudencial	100
3.5 Erro sobre causa justificante.....	102
3.6 Erro de subsunção, erro de vigência ou validade, erro de eficácia	108
3.6.1 Considerações iniciais.....	108
3.6.2 Erro de subsunção.....	108
3.6.3 Erro de vigência ou de validade	109
3.6.4 Erro de eficácia.....	110
4 O ERRO NA ASSESSORIEDADE ADMINISTRATIVA.....	111
4.1 Considerações iniciais.....	111
4.2 Pressupostos necessários	111
4.2.1 A relação entre a tipicidade e a antijuridicidade.....	111
4.2.2 Variações sobre o conceito de dolo: os questionamentos a respeito da adoção de uma concepção volitiva.....	116
4.3 Análise do tratamento doutrinário sobre o erro nas remissões normativas	126
4.3.1 Considerações iniciais.....	126
4.3.2 Posicionamentos doutrinários tradicionais emblemáticos: Von Liszt, Edmund Mezger e Hans Welzel	128
4.3.2.1 Considerações iniciais	128
4.3.2.2 Franz von Liszt	128
4.3.2.3 Edmund Mezger e a valoração paralela na esfera do profano.....	129
4.3.2.4 Hans Welzel.....	133
4.3.3 Principais correntes doutrinárias	134
4.3.3.1 O erro sobre o elemento extrapenal nunca é abrangido pelo dolo, configurando erro de proibição	134
4.3.3.2 O erro sobre elemento extrapenal é abrangido pelo dolo sempre que contiver a proibição do tipo penal	140
4.3.3.3 O erro sobre o elemento extrapenal é sempre abrangido pelo dolo	144
4.3.3.4 Retorno à teoria do dolo: o erro sempre vinculado à consciência da ilicitude	148
4.3.3.5 O retorno à dicotomia erro de fato–erro de direito.....	150
4.3.4 Tomada de posição	155
4.3.4.1 Considerações gerais.....	155
4.3.4.2 Forma e justificativa para o tratamento do erro nas modalidades de assessoriedade administrativa.....	163
4.3.4.2.1 Considerações iniciais.....	163
4.3.4.2.2 O erro sobre a assessoriedade administrativa conceitual	163
4.3.4.2.3 O erro sobre a assessoriedade administrativa de Direito (lei penal em branco)	164
4.3.4.2.4 O erro sobre a assessoriedade administrativa de atos administrativos (assessoriedade administrativa em sentido estrito)	165
CONCLUSÕES	167
BIBLIOGRAFIA	170

INTRODUÇÃO

A intensa evolução enfrentada pela sociedade contemporânea desde o final do século XX, em virtude do acentuado desenvolvimento tecnológico e industrial inerente ao mundo globalizado, afetou profundamente o Direito Penal. Tais transformações sociais ocasionaram o surgimento de novos interesses dignos de tutela, o que importou uma alteração de paradigma, passando-se dos delitos tradicionais, essencialmente crimes de dano, geralmente comissivos e caracterizados pela tutela de bens jurídicos individuais, a novas hipóteses de incidência da lei penal, marcadas pelos crimes de perigo e, em regra, omissivos, tutelando bens jurídicos coletivos e supraindividuais. Evidencia-se, portanto, um crescente movimento de expansão do Direito Penal, que passa a alcançar espaços antes disciplinados, exclusivamente, por outros ramos do Direito, sobretudo o Direito Administrativo.

Essas áreas até então alheias à lógica penal são marcadamente disciplinadas por numerosas e complexas regulamentações, de notável fluidez, as quais passam a ser abarcadas por essa nova criminalidade, aproximando os Direitos Penal e Administrativo ou mesmo, por vezes, sobrepondo-os. Fato este impôs uma abertura dos tipos penais a fim de, justamente, incluir, em alguma medida, esse regramento outrora estranho ao Direito Penal. Para tanto, o legislador adotou variadas técnicas de remissão normativa, dentre as quais a assessoriedade administrativa é a principal delas, em especial ao que interessa ao presente trabalho.

Verifica-se, nesse panorama, o surgimento de inúmeros desafios na aplicação do Direito Penal, porquanto a sua configuração clássica não foi delineada para lidar com os aspectos complexos da nova realidade que passou a disciplinar. Tais desafios podem ser vistos na aplicação de diversos institutos do Direito Penal, com destaque à doutrina do erro, tendo em vista que as fronteiras do princípio da legalidade se encontram sobremaneira flexibilizadas, em razão, justamente, da necessidade de se alcançarem novos horizontes, importando evidente prejuízo à garantia da taxatividade.

Isso se explica porque, com a construção de tipos penais abertos, imbuídos de assessoriedade administrativa, a descrição da conduta proibida passa a ser menos precisa, tornando-se menos claro quais as ações que não devem ser praticadas pelos cidadãos. Assim, há um aumento na incidência do erro, principalmente se considerado que o reenvio normativo, poucas vezes, faz menção a leis ordinárias, concentrando-se em regulamentos ou

portarias editadas por órgãos da Administração Pública, ou até a permissões, autorizações ou licenças. Cabe frisar que esses dispositivos administrativos são tão complexos quanto voláteis, estando em constante estado de alteração, a fim de atender aos interesses da Administração Pública, o que torna o alcance do conteúdo da proibição pelo intérprete da norma penal ainda mais difícil.

De tal sorte, imperativa uma análise da doutrina do erro estritamente voltada para as hipóteses em que incide sobre a assessoriedade administrativa, afinal não há equivalência entre o modo pelo qual os tipos penais abertos e os tipos penais fechados delimitam a proibição penal. É esse o objeto da presente pesquisa.

Para além disso, um estudo de como a doutrina do erro deve se comportar na assessoriedade administrativa mostra-se ainda mais necessário tendo em vista o vasto campo de consequências penais pertinentes a tal instituto, variando desde a exclusão do dolo até a mera atenuação da pena. Assim, sem a precisa delimitação de como abordar o erro nessas ocasiões, situações equânimes poderão receber tratamentos extremamente dispares, causando insegurança jurídica na forma de condenações ou penas muito além do real desvalor que a conduta concreta merece.

Toma-se como exemplo um sujeito que comete uma conduta sem saber que se exige para sua prática lícita a obtenção de licença da autoridade competente. A ausência da definição de como se tratar o erro sobre esse elemento do tipo pode ser lido como um erro de tipo, como um erro de proibição ou até mesmo como um erro sobre uma causa justificante ou erro de subsunção, cada qual com a sua consequência jurídica própria. Assim, a depender do entendimento que se adote, os reflexos penais para o caso descrito são extremos.

Uma importante ressalva deve ser feita. A maior ocorrência dessas formas de remissão normativa suscita importantes questionamentos no tocante à ofensa ao princípio da legalidade e às garantias dele decorrentes. Isso não é desconhecido e tampouco diminuído, afinal a distinta análise que o erro sobre a assessoriedade administrativa merece se justifica, justamente, por haver, nos dias de hoje, uma flexibilização do princípio da legalidade e da garantia da taxatividade. Sendo assim, sem rejeitar a profunda e cara discussão a respeito da legitimidade e até da constitucionalidade nessa seara, é devido esclarecer que esse debate foge ao objeto desta dissertação.

Em primeiro lugar, por ser, como o tema elegido, a discussão digna de uma abordagem vertical e pormenorizada, em razão, justamente, da sua imprescindibilidade e importância. Assim, a tentativa de conciliar a análise da constitucionalidade e legitimidade da assessoriedade administrativa, ou remissões normativas de maneira geral, com a

específica questão do erro neste universo poderia implicar uma abordagem mais rasa do que ambos os assuntos merecem. Em segundo lugar, o estudo pela doutrina do erro sobre a assessoriedade administrativa é mais rarefeito se comparado à outra ótica. Ambas as ponderações, todavia, não impedirão que, quando necessário, de maneira instrumental ao propósito do presente estudo, fatores relacionados ao debate sejam abordados.

Assim sendo, este trabalho será dividido em quatro capítulos, distribuídos da seguinte forma:

Ao primeiro capítulo compete a tarefa de contextualizar a referida desconstrução do Direito Penal clássico imposta pelas transformações da sociedade contemporânea, sob o alicerce do conceito de “sociedade de risco” desenvolvido por Ulrich Beck e à luz das principais análises críticas realizadas a seu respeito. Ao depois, serão tratados os principais aspectos do princípio da legalidade e sua relação com a tipicidade penal para, sob este prisma, colocar-se os problemas decorrentes das remissões normativas, sem se olvidar de realizar um contraponto a respeito das possíveis vantagens que as acompanham.

O segundo capítulo, por sua vez, é dedicado a se expor quais são as formas possíveis de remissão normativa ínsitas ao tipo penal aberto. Para tanto, desenvolve-se, separadamente, os conceitos e diferenças entre lei penal em branco, elemento normativo, elemento de valoração global e assessoriedade administrativa, com maior enfoque na necessidade de se estabelecer este último conceito e na distinção entre as suas modalidades.

Já o terceiro capítulo destina-se à abordagem da doutrina do erro. A sua colocação após a definição de assessoriedade administrativa é feita de forma proposital, de modo a delimitar sobre qual objeto especificamente se pretende trabalhá-lo. Por se tratar de um conceito não pacificado pela doutrina, faz-se necessária tal demarcação. Inicialmente, realiza-se um apanhado histórico de como o instituto do erro evoluiu dogmaticamente em conjunto com a teoria do delito. Em seguida, trata-se, de forma individual, o erro de tipo, o erro de proibição e o erro sobre causa justificante, dedicando, também, em menor escala em razão da sua menor incidência, espaço para o erro de subsunção, de vigência e de validade. Alguns pormenores, sempre tratados pela doutrina no âmbito do erro de proibição, merecem também atenção, como o erro e a dúvida e o erro decorrente de consulta técnica e fonte jurisprudencial. Por mais que não digam respeito diretamente ao objeto desta pesquisa, a sua compreensão mostrou-se necessária para a plena compreensão dos limites erro de proibição, o que foi essencial para alcançar um posicionamento consistente a respeito do erro na assessoriedade administrativa.

Por fim, no quarto e último capítulo, pretende-se uma reflexão conclusiva a respeito do erro na assessoriedade administrativa. Para isso, viu-se necessidade de aprofundar duas questões preambulares: a relação entre a tipicidade e a antijuridicidade e o conceito de dolo. Adiante, sistematizou-se as correntes que abordam o erro sobre as diversas formas de remissão normativa em função das soluções em comum trazidas pela doutrina. Como, na maioria delas, o objeto do dolo é o elemento balizador, aprofundou-se menos o item destinado ao erro de tipo do capítulo anterior para evitar qualquer sorte de conflito ou repetição com este capítulo. Conclusivamente, elaborou-se um item nomeado “tomada de posição”, que explana o entendimento que se consolidou no que tange o erro sobre a assessoriedade administrativa com base nas diversas correntes doutrinárias preteritamente referidas.

Pretende-se que, ao final, o presente estudo possa contribuir, seja por seu conteúdo descritivo, seja pelas sugestões aventadas, ao debate jurídico sobre o erro e a assessoriedade administrativa, tendo em vista a realidade do Direito Penal que se vive. Almeja-se, ainda, que este trabalho possa servir para evidenciar a crucial importância do conceito de assessoriedade administrativa de forma autônoma, desvinculado da clássica definição de norma penal em branco ou outras formas de remissão normativa. Essa identificação pode ser, realmente, tão relevante quanto o próprio exame crítico realizado, porquanto determinante à idoneidade das conclusões alcançadas.

CONCLUSÕES

1. As mudanças enfrentadas pela sociedade, decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos, refletiram diretamente na estruturação do Direito Penal, o qual volta sua preocupação especificamente à prevenção dos riscos ínsitos às atuais relações sociais. Para tanto, o Direito Penal expande-se, antecipando o momento da sua tutela e avançando as suas fronteiras, com ineditismo, sobre esferas antes ocupadas por outras áreas do Direito, especificamente o Direito Administrativo.

2. O Direito Penal, ao se voltar a interesses antes próprios ao Direito Administrativo, disciplinados por complexas regulamentações técnicas, depara-se com formulações típicas abertas, com alta incidência de remissões normativas.

3. Como é a tipicidade que expressa o cumprimento da legalidade e taxatividade penal, ao admitir uma maior abrangência da descrição típica, identificam-se problemas relacionados à legitimidade e constitucionalidade desses novos tipos penais, próprios da nova criminalidade constatada. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que as remissões normativas são uma realidade que não mais abandonaram a forma que as normas penais são estruturadas, possuindo, em alguma medida, aspectos positivos na tutela dos novos interesses que advém com a sociedade de risco.

4. São formas de remissões normativas: a assessoriedade administrativa, as leis penais em branco, os elementos normativos e os elementos de valoração global do fato.

5. A inaugural aproximação entre o Direito Penal e o Direito Administrativo desenvolve novas modalidades de remissão normativa, não mais comportadas pelo tradicional conceito de lei penal em branco. Ademais, a maior complexidade das remissões normativas importou o surgimento de consequências jurídicas muito diversas, que também não cabem em um único conceito. De tal sorte, a autonomia conceitual da assessoriedade administrativa mostra-se absolutamente necessária a fim de se ter melhor tratamento dogmático e, inclusive, fomentar a discussão da sua legalidade e constitucionalidade sem macular toda a técnica, por vezes necessária, da remissão normativa.

6. Adota-se a grafia “assessoriedade administrativa” por carregar consigo uma ideia de amparo ou assessoria, superando a concepção majoritária de dependência do Direito Penal ao Direito Administrativo.

7. A assessoriedade administrativa divide-se em três modalidades: I. A assessoriedade conceitual (sempre um elemento normativo jurídico), na qual há a

incorporação de um conceito do Direito Administrativo à norma penal; II. A assessoriedade de direito, podendo ser chamadas também de lei penal em branco, na qual o conteúdo típico é complementado por leis extrapenais, ordenamentos, regulamentos ou portarias, sempre de aplicação geral; III. A assessoriedade de ato, na qual o reenvio normativo é feito a permissões, autorizações, licenças ou outros atos administrativos, sempre de incidência individual, diferentemente da assessoriedade de direito que encontra repercussão em caráter geral.

8. O conceito de lei penal em branco, então, compõe o conceito de assessoriedade administrativa, confundindo-se com a assessoriedade de direito, construindo ambas uma relação de espécie e gênero, respectivamente.

9. No que compete à assessoriedade conceitual e assessoriedade de direito, outra distinção também as caracteriza. Enquanto na primeira se faz uma valoração para identificar o conteúdo da norma extrapenal objeto da remissão normativa, na segunda se realiza uma incorporação da norma extrapenal.

10. O instituto do erro acompanhou o desenvolvimento da teoria do crime. Antes do advento do finalismo, era tratado como erro de fato e erro de direito. Nesse contexto, apenas o primeiro era relevante, sendo irrelevante o segundo. O erro extrapenal possuía os mesmos efeitos do erro de fato.

11. Com a reformulação proposta por Hans Welzel, desloca-se o eixo do erro da dicotomia erro de fato-erro de direito para erro de tipo-erro de proibição, a qual, certamente, é mais adequada, tendo em vista a lógica penal vigente. Ademais, impossível diferenciar em categorias estanques o erro de fato e o erro de direito quando, na realidade, este permeia também o primeiro. O erro de tipo, então, é o erro sobre os elementos objetivos dispostos no tipo penal, ao passo que o erro de proibição é o erro sobre a ilicitude.

12. A dúvida quanto a proibição deve configurar erro de proibição, não ocupando a esfera do conhecimento da ilicitude, como acredita a doutrina majoritária, devendo prevalecer a liberdade de ação dos cidadãos em relação à busca pela tutela efetiva de bens jurídicos.

13. Uma concepção bipartida do delito não parece ser a mais adequada para se idealizar o conceito de crime, por não trazer qualquer benefício em sua aplicação e distorcer as estruturas dogmáticas que, atualmente, operam regularmente. A confusão que se faz entre a anormalidade social de uma conduta com aquelas em que apenas há uma permissão do ordenamento apesar dessa qualidade denota essa problemática.

14. O dolo deve ser lido como o conhecimento da criação do risco, de modo a vislumbrar a produção do resultado. Entende-se que uma teoria do dolo cognitiva, desprovida de elementos volitivos, é mais coerente dogmaticamente, atendo-se a critérios já utilizados na prática, mesmo pelas correntes volitivas, além de atender à exigência primeira do Direito Penal, qual seja, a tutela de bens jurídicos. Além disso, deve-se considerar que o limite do seu conhecimento não pode ser os meros elementos objetivos previstos no tipo penal, sendo imprescindível que o indivíduo conheça o conteúdo da obrigação ou da proibição penal.

15. Entende-se que o erro sobre a assessoriedade administrativa deve ser considerado, em todas as ocasiões, um erro de tipo. Afinal, esses elementos típicos são essenciais para a compreensão do conteúdo da obrigação ou da proibição penal, tendo em vista a complexidade das condutas que se criminaliza. Aliás, se não fossem necessários para esse fim, não seria necessário o legislador se valer desse recurso legislativo. Por essa razão, rejeita-se as teorias que sugerem que o erro sobre a assessoriedade administrativo configura um erro de proibição ou mesmo correntes que apontam que se materializaria um erro de tipo apenas quando o conteúdo da proibição ou obrigação penal estivessem alocadas na norma extrapenal.

16. Não se acredita, também, que a utilização dos conceitos de “*delicta in se*” e “*delicta mere. prohibita*” possa ser utilizada como baliza para alterar os efeitos do erro de proibição. Isso se justifica pelo fato de não se acreditar que existam condutas “naturalmente criminosas”, que se encontram pré-definidas numa ordem ético natural.

17. Por fim, também não se vê pertinência no resgate de conceitos como erro de fato e erro de direito ou mesmo em retomar posições ínsitas às teorias do dolo, como a inclusão da consciência da ilicitude no dolo, haja vista que dogmaticamente essas soluções não trazem efeitos proveitosos, além de não se encaixarem mais na atual situação da dogmática penal.

BIBLIOGRAFIA

ABRALDES, Sandro Fabio; CEREZO MIR, José. *Delito imprudente y principio de confianza*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 2010.

ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho. *Tipicidade penal*. Uma análise funcionalista. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

ARIAS EIBE, Manuel José. *El error en el derecho penal en el código de 1995*. Madrid: Dykinson, 2007.

BACIGALUPO ZAPATER, Enrique. El derecho penal de culpabilidad en el proyecto de código penal - parte general - de 1974. *Nuevo Pensamiento Penal*: Revista de derecho y ciencias penales, Buenos Aires, v. 5, n. 9/12, p. 161-182, 1976.

BACIGALUPO, Enrique. *Tipo y error*. 2a ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2002.

BAJO, Miguel; BACIGALUPO, Silvina. *Derecho penal económico*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 2001.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica ao direito penal*. Introdução à sociologia do Direito Penal. 3a ed. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan – Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

_____. Funções instrumentais e simbólicas do direito penal: lineamentos de uma teoria do bem jurídico. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 2, n. 5, jan./mar. 1994.

BARBOZA, Júlio César Moreira. Discricionariedade e processo administrativo. In: SCHIRATO, Vitor Rhein (Coord.) *Estudos atuais sobre ato e processo administrativo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 12a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. *Valor, norma e injusto penal*: considerações sobre os elementos normativos do tipo objetivo no Direito Penal contemporâneo. Tese de Titularidade apresentada perante a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2017.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

BELEZA, Teresa Pizarro; PINTO, Frederico de Lacerda da Costa. *O regime do erro e as normas penais em branco (ubi lex distinguit...)*. Coimbra: Almedina, 2001.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. 15a ed. São Paulo: Saraiva, 2010. V. 1.

BRANDÃO, Cláudio. A culpabilidade na dogmática penal. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BOTTINI, Pierpaolo Cruz; PACELLI, Eugênio. *Direito Penal Contemporâneo: Questões controvertidas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRANDÃO, Cláudio. *Tipicidade penal dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático*. Coimbra: Almedina, 2012.

BRANDÃO, Nuno. O erro sobre os pressupostos das causas de justificação: um erro que pode excluir a ilicitude?. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 21, n. 102, p.71-102, mai./jun. 2013.

BRITO, Alexis Couto de. Imputação objetiva. Crime de perigo e direito penal brasileiro. São Paulo: Atlas, 2015.

BRUNO, Aníbal. *Direito Penal*. Parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 1959. Tomo I.

CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. Dolo. In: BUSATO, Paulo Cesar (Org.). *Teoria do delito*. Curitiba: Juruá, 2012.

CALLEGARI, André Luís. Legitimidad constitucional del derecho penal económico: una crítica a los tipos penales abiertos. *Revista peruana de doctrina y jurisprudencia penales*, v. 7, p. 11-28, 2006.

CEREZO MIR, José. La regulación del error de prohibición en el código penal español y su trascendencia en los delitos monetarios. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, v. 38, n. 2, p. 277-284, mai./ago. 1985.

CÓRDOBA, Fernando Jorge. *La evitabilidad del error de prohibición*. Buenos Aires: Marcial Pons, 2012.

CÓRDOBA RODA, Juan. *El conocimiento de la antijuridicidad en la teoria del delito*. 2a ed. Buenos Aires: Editorial B de F, 2013.

COSTA, Helena Regina Lobo da. Direito administrativo sancionador e direito penal: a necessidade de desenvolvimento de uma política sancionadora integrada. In: BLAZECK, Luiz Maurício Souza; MARZAGÃO JÚNIOR, Laerte I. (Coord.). *Direito Administrativo sancionador*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

_____. *Direito penal econômico e direito administrativo sancionador – ne bis in idem como medida de política sancionadora integrada*. Tese de Livre-docência apresentada perante a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. *Proteção penal ambiental. Viabilidade. Efetividade. Tutela por outros ramos do direito*. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA. José de Faria. *Tentativa e dolo eventual* (ou da relevância da negação em Direito Penal). Coimbra: Almedina, 1995.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. *Código penal comentado*. 9a ed. São Paulo: DPJ editora, 2007.

CUESTA AGUADO, Paz M. de la. *Respuesta penal al peligro nuclear*. Barcelona: PPU, 1994.

CURY, Enrique. *La ley penal en blanco*. Bogota: Temis, 1988.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 23a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, Augusto Silva. “*Delicta in se*” e “*delicta mere prohibita*”. Uma análise das discontinuidades do ilícito penal moderno à luz da reconstrução de uma distinção clássica”. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal*. Parte geral. Coimbra: Coimbra, 2004.

_____. *O problema da consciência da ilicitude em direito penal*. 5a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO, Miguel. El error en el derecho penal económico. In: RAMÓN SERRANO-PIEDRECASAS, José; DEMETRIO CRESPO, Eduardo (Dir.). *Cuestiones actuales de derecho penal empresarial*. Madrid: Colex, 2010.

_____. *El error sobre elementos normativos del tipo*. Madrid: La Ley, 2008.

FAKHOURI GÓMEZ, Yamila. *El objeto del dolo en derecho penal*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2012.

FEIJÓO SÁNCHEZ, Bernardo José. Sobre a "administrativização" do direito penal na "sociedade do risco". Notas sobre a política criminal no início do século XXI. *Revista Liberdades*, São Paulo, n. 7, p. 23-61, maio/ago. 2011.

FELDENS, Luciano; CARRION, Thiago Zucchetti. A estrutura material dos delitos de gestão fraudulenta e temerária de instituição financeira. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 18, n. 86, p. 170-200, set./out. 2010.

FELIP Y SABORIT, David. *La delimitación del conocimiento de la antijuridicidad*. Tese doutoral defendida do Departamento de Direito da Universitat Pompeu Fabra, 1997.

FERREIRA, José Eduardo de Almeida Leonel. Crimes de perigo abstrato: a última fronteira das ações criminalizáveis. In: PASCHOAL, Janaina Conceição; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. *Livro em homenagem a Miguel Reale Júnior*. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2014.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Observações sobre o princípio da reserva legal. *Revista de Direito Penal*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 84, jan./mar. 1971.

FRANK, Reinhard. *Sobre la estructura del concepto de culpabilidad*. Buenos Aires: B de F, 2002.

FRISCH, Wolfgang. El error como causa de exclusión del injusto y/o como causa de exclusión de la culpabilidad. In: FRISCH, Wolfgang et al. *El error en el derecho penal*. Buenos Aires: Ad Hoc, 1999.

GARCÍA ARÁN, Mercedes. Remisiones normativas, leyes penales en blanco y estructura de la norma penal. *Estudios penales y criminológicos*, Santiago de Compostela, n. 16, p. 63-103, 1993.

GOMES, Enéias Xavier. *Dolo sem vontade psicológica: perspectiva de aplicação no Brasil*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

GOMES, Luiz Flávio. *Erro de tipo e erro de proibição*. 2a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

GOMES JUNIOR, João Florêncio de Salles. *O crime de extorsão no direito penal brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. 13a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães Gomes. *Direito penal e interpretação jurisprudencial: do princípio da legalidade às súmulas vinculantes*. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *O princípio da proporcionalidade no direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. *Teoria geral da parte especial do direito penal*. São Paulo: Atlas, 2014.

GRASSO, Giovanni. Considerazioni in tema di errone su legge extrapenale. *Rivista italiana di Diritto e procedura Penale*, Milano, v. 19, n. 1, p. 138-178, 1976.

GRECO, Luís. A relação entre o direito penal e o direito administrativo no direito penal ambiental: uma introdução aos problemas de acessoriedade administrativa. *Revista brasileira de ciências criminais*, v. 14, n. 58, 2006.

_____. Algumas observações introdutórias à “Distinção entre dolo e culpa” de Ingeborg Puppe. In: PUPPE, Ingeborg. *A distinção entre dolo e culpa*. Tradução Luís Greco. Barueri: Manole, 2004.

_____. Dolo e gestão temerária (art. 4º, parágrafo único, Lei 7.492/86). *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 19, n. 229, p. 7-8, dez. 2011.

_____. Dolo sem vontade. In: DIAZ, Augusto Silva et al. (Coord.). *Liber Amicorum de José de Sousa Brito em comemoração do 70º aniversário*. Coimbra: Almedina, 2009.

GRÜNWALD, Gerald. Acerca de las variantes de la culpabilidad limitada. In: FRISCH, Wolfgang et al. *El error en el derecho penal*. Buenos Aires: Ad Hoc, 1999.

GURRUCHAGA, Hugo Daniel. El consejo equivocado del abogado frente al error de prohibición. *Doctrina Penal: Teoría y práctica en las ciencias penales*, Buenos Aires, v. 15, 59/60, p. 467-479, jul./dez. 1992.

HASSEMER, Winfried. Características e crises do moderno direito penal. *Revista de Estudos Criminais*, Porto Alegre, v. 2, n. 8, p. 54-66, 2003.

_____. Derecho penal simbólico y protección de bienes jurídicos. *Pena y Estado: Revista hispanolatinoamericana*, Buenos Aires, n. 1, p. 23-36, set./dez. 1991.

_____. Los elementos característicos del dolo. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, v. 43, n. 3, p. 909-930, set./dez. 1990.

HEINE, Günter. Accesoriedad administrativa en el derecho penal del medio ambiente. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, v. 46, n. 1, p. 289-315., jan./abr. 1993.

HERZOG, Felix. Algunos riesgos del derecho penal del riesgo. *Revista Penal*, Valencia, n. 4, p. 54-57, jul. 1999.

HORTA, Frederico. *Elementos normativos das leis penais e conteúdo intelectual do dolo: da natureza do erro sobre o dever extrapenal em branco*. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

HUNGRIA, Nélon. *Comentários ao código penal*. 3a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1955. V. 1.

JAKOBS, Günther. *Bases para una teoría funcional del derecho penal*. Tradução Manuel Cancio Meliá, Bernardo Feijóo Sánchez, Enrique Peñaranda Ramos, Marcelo A. Sancinetti e Carlos J. Suárez González. Lima: Palestra, 2000.

_____. *Derecho penal. Fundamentos y teoría de la imputación*. Traducción Joaquín Cuello Contreras e José Luis Serrano González de Murillo. 2a ed. Madrid: Marcial Pons, 1997.

_____. *Fundamentos del derecho penal*. Tradução Manuel Cancio Meliá. Buenos Aires: Ad-Hoc, 1996.

JESCHECK, Hans-Heinrich. *Tratado de derecho penal*. Parte general. 4a ed. Granada: Comares, 1993.

_____.; WEIGEND, Thomas. *Tratado de derecho penal*. parte geral. Traducción Miguel Olmedo Cardenete. 5a ed. Granada: Comares, 2002.

JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. *Tratado de derecho penal*. 5a ed. Buenos Aires: Losada, 1992. Tomo II.

KAUFMANN, Armin. El dolo eventual en la estructura del delito. *Anuário de derecho penal y ciencias penal*, tomo 13, n. 2, 1960.

_____. *Estudios de derecho penal*. Buenos Aires: B de F, 2013.

_____. *Teoría de las normas. Fundamentos de la dogmática penal moderna*. Buenos Aires: Depalma, 1977.

KINDHÄUSER, Urs. Acerca de la distinción entre error de hecho y error de derecho. In: FRISCH, Wolfgang et al. *El error en el derecho penal*. Buenos Aires: Ad Hoc, 1999.

_____. Imputación objetiva y subjetiva en el delito doloso. *Revista de Derecho Penal*, Buenos Aires, n. 1, p. 611-630, 2008.

LEITE, Alaor. *Dúvida e erro sobre a proibição no direito penal*. São Paulo: Atlas, 2013.

LISZT, Franz von. *Tratado de derecho penal*. Traduzido da 20ª edição alemã por Luis Jiménez de Asúa. 3a ed. Madrid: Instituto Editorial Reus. Tomo II.

LOBATO, José Danilo Tavares. Acessoriedade administrativa, princípio da legalidade e suas (in)compatibilidades no direito penal ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 18, n. 83, p. 120-162, mar./abr. 2010.

LOPES, Luciano Santos. *Os elementos normativos do tipo penal e o princípio constitucional da legalidade*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2006.

LUZÓN PEÑA, Diego-Manuel. *Curso de derecho penal*. Parte general. 1a ed. Madrid: Universitas, 2004. Tomo I.

MACHADO, Marta Rodrigues de Assis. *Sociedade do risco e direito penal*. Uma avaliação de novas tendências político-criminais. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

MARTÍNEZ-BUJÁN PÉREZ, Carlos. *Derecho penal económico y de la empresa*. Parte general. 5a ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2016.

MATA BARRANCO, Norberto de la. *Protección penal del ambiente y accesoriedad administrativa*. Tratamiento penal de comportamientos perjudiciales para el ambiente amparados en una autorización administrativa ilícita. Barcelona: CEDES, 1996.

MAYER, Max Ernst. *Derecho penal parte general*. Tradução Sérgio Politoff Lifschitz. Buenos Aires: B de F, 2007.

MENDONÇA, Tarcísio Maciel Chaves de. *Lei penal em branco*. Um confronto com o princípio da legalidade e análise dos crimes ambientais e econômicos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MENDOZA BUERGO, Blanca. *El derecho penal en la sociedad del riesgo*. Madrid: Civilitas, 2001.

MESTRE DELGADO, Esteban. Límites constitucionales de las remisiones normativas en materia penal. *Anuário de derecho penal y ciencias penal*, n. 2, 1988.

MEZGER, Edmund. *Derecho penal*. Parte general. Tradução Conrado A. Finzi. Buenos Aires: Editorial Bibliográfica Argentina, 1955.

_____. *Tratado de derecho penal*. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1955. Tomo I.

_____. *Tratado de derecho penal*. Tradução José Arturo Rodríguez Muñoz. Atualização Antonio Quintano Ripollés. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1955. Tomo II.

MIR PUIG, Santiago. *Derecho penal. Parte general*. 9a ed. Barcelona: Reppertor, 2011.

MUNHOZ NETTO, Alcides. Descriminantes putativas fáticas. *Revista de Direito Penal*, Rio de Janeiro, v. 17/18, p. 20-37, jan./jun. 1975.

_____. Erro de fato e erro de direito no anteprojeto de código penal. *Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 55-76, jan./mar. 1964.

MUÑOZ CONDE, Francisco. *El error en derecho penal*. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2003.

_____.; LÓPEZ PEREGRIN, Carmen; GARCIA ÁLVAREZ, Pastora. *Manual de Derecho Penal Medio ambiental*. 2a ed. Valencia: Tirant lo blanch, 2015.

OLAIZOLA NOGALES, Inés. *El error de prohibición*. Especial atención a los criterios para su apreciación y para la determinación de su vencibilidad e invencibilidad. Madrid: La Ley, 2007.

ORTIZ DE URBINA GIMENO, Iñigo. ¿leyes taxativas interpretadas liberrimamente? Principio de legalidad e interpretación del derecho penal. In: MONTIEL, Juan Pablo; ORTIZ DE URBINA GIMENO, Iñigo; RAGUÉS I VALLÈS, Ramon. *La crisis del principio de legalidad en el nuevo derecho penal: decadencia o evolución?* Madrid: Marcial Pons, 2012.

OTTO, Harro. *Manual de derecho penal*. Teoría general del derecho penal. Tradução José R. Béguelin. 7a ed. Barcelona: Atelier, 2017.

PAIS, Antonio Doval. *Posibilidades y limites para la formulación de las normas penales. El caso de las leyes penales en blanco*. Valencia: Tirant lo blanch, 1999.

PALAZZO, Francesco Carlo. *Valores constitucionais e direito penal*. Tradução Gérson Pereira dos Santos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1989.

PAREDES CASTAÑÓN, José Manuel. La acesoriedad administrativa de la tipicidad penal como técnica legislativa: efectos políticos y efectos materiales. In: QUINTERO OLIVARES, Gonzalo; MORALES PRATS, Fermín. *Estudios de derecho penal ambiental*. Libro homenaje al profesor Josep Miquel Prats Canut. Valencia: Tirant lo blanch, 2008.

PÉREZ ALONSO, Esteban Juan. La duda sobre la prohibición. Especial consideración de la Jurisprudencia del Tribunal Supremo. *Anuário de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, tomo 48, n. 1, p. 71-88, 1995.

PÉREZ BARBERÁ, Gabriel. *El dolo eventual. Hacia el abandono de la idea de dolo como estado mental*. Buenos Aires: Hammurabi, 2011.

PIMENTEL, Manoel Pedro. *Direito penal econômico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de direito penal brasileiro*. Parte geral e parte especial. 14a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

PUPPE, Ingeborg. *A distinção entre dolo e culpa*. Tradução Luís Greco. Barueri: Manole, 2004.

_____. Error de hecho, error de derecho, error de subsunción. In: FRISCH, Wolfgang et al. *El error en el derecho penal*. Buenos Aires: Ad Hoc, 1999.

RAGUÉS I VALLÈS, Ramon. Consideraciones sobre la prueba del dolo. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 15, n. 69, p. 129-155, nov./dez. 2007.

REALE JÚNIOR, Miguel. *Antijuridicidade concreta*. São Paulo: Bushatsky, 1973.

_____. Do crime. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). *Código penal comentado*. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. *Instituições de direito penal*. Parte geral. 4a ed. Rio Janeiro: Forense, 2013.

ROBLES PLANAS, Ricardo. *Estudios de dogmática jurídico-penal*. Fundamentos, teoría del delito y derecho penal económico. Buenos Aires: B de F, 2014.

_____. *La participación en el delito: fundamento y limites*. Barcelona: Marcial Pons, 2003.

_____.; JAVIER RIGGI, Eduardo. El extraño artículo 65.3 del Código Penal. Un diálogo con Enrique Peñaranda sobre sus presupuestos dogmáticos y su ámbito de aplicación. In: ROBLES PLANAS, Ricardo (Direc.). *La responsabilidad en los “delitos especiales”*. El debate doctrinal en la actualidad. Montevideo: B de F, 2014.

ROMEO CASABONA, Carlos María. El error evitable de prohibición en el proyecto de 1980. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, v. 34, n. 2/3, p. 739-767, mai./dez. 1981.

ROXIN, Claus. *Derecho penal*. Parte general. Fundamentos: la estructura de la teoría del delito. Tradução Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y Garcia Conlledo y Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 2000, Tomo I.

_____. *Dogmática penal y política criminal*. Tradução Manuel A. Abanto Vásquez. Lima: Idemsa, 1998.

_____. *Teoría del tipo penal. Tipos abiertos y elementos del deber jurídico*. Buenos Aires: Depalma, 1979.

RUIZ ROBLEDO, Agustín. *El derecho fundamental a la legalidad punitiva*. Valencia: Tirant lo blanch, 2003.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. *Direito penal e propriedade privada*. A racionalidade do sistema penal na tutela do patrimônio. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. Tipicidade penal e princípio da legalidade: o dilema dos elementos normativos e a taxatividade. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 18, n. 85, p. 219-235, jul./ago. 2010.

_____. *Tipicidade penal e sociedade do risco*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

SÁNCHEZ GARCÍA DE PAZ, Maria Isabel. *El moderno Derecho Penal y la anticipación de la tutela penal*. Valladolid: Universidad de Valladolid. 1999.

SANTOS, Humberto Souza. O dolo nos crimes econômicos e empresariais. In: LOBATO, José Danilo Tavares; MARTINELLI, João Paulo Orsini (Org.). *Comentários ao Direito Penal Econômico Brasileiro*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. p. 239-288.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*. Parte Geral. 6a ed. Curitiba: ICPC, 2014.

SARRABAYROUSE, Eugenio Carlos. La crisis de la legalidad, la teoría de la legislación y el principio *in dubio pro reo*: una propuesta de integración. In: MONTIEL, Juan Pablo; ORTIZ DE URBINA GIMENO, Íñigo; RAGUÉS I VALLÈS, Ramon. *La crisis del principio de legalidad en el nuevo derecho penal: decadencia o evolución?* Madrid: Marcial Pons, 2012.

SANTANA VEGA, Dulce Maria. *El concepto de ley penal en blanco*. Buenos Aires: Ad Hoc, 2000.

SAUER, Guillermo. *Derecho penal. Parte general*. Tradução Juan del Rosal e José Cerezo. Barcelona: Bosch, 1956.

SCHÜNEMANN, Bernd. *Obra*. Tradução de Carlos J. Suárez Gonzáles. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2009.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Estudos de Direito Penal*. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. V. 1.

SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. Os crimes de perigo abstrato e a constituição. In: PASCHOAL, Janaina Conceição; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. *Livro em homenagem a Miguel Reale Júnior*. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2014.

SILVA, Pablo Rodrigo Alflen da. *Leis penais em branco e o direito penal do risco*: aspectos críticos e fundamentais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-Maria. *A expansão do direito penal*. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. Tradução Luiz Otavio de Oliveira Rocha. 3a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Aproximación al derecho penal contemporáneo*. Barcelona: José Maria Bosch, 1992.

_____. *Fundamentos del derecho penal de la empresa*. 2a ed. Madrid: Edisofer, 2016.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-Maria. Observaciones sobre el conocimiento “eventual” de la antijuridicidad. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, tomo 40, n. 3, p. 647-664, 1987.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. A teoria do delito e o enigma do dolo eventual: considerações sobre a aparente nova resposta italiana. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 24, n. 121, p. 223-250, jul. 2016.

_____. *Crimes sexuais. Bases críticas para a reforma do direito penal sexual*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. *Direito penal econômico como Direito Penal de perigo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *Direito penal empresarial: a omissão do empresário como crime*. São Paulo: D’Plácido, 2016.

_____. *Direito penal supra-individual. Interesses difusos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. *Fundamentos da adequação social em direito penal*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

_____.; SAAD-DINIZ, Eduardo. *Compliance, direito penal e lei anticorrupção*. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Crise econômica e reflexos penais: leis penais em branco, *compliance* fiscal e regularização de ativos. In: SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. *Repatriação e crime. Aspectos do binômio crise econômica e direito penal*. São Paulo: D’Plácido, 2017.

SOUZA, Luciano Anderson de. A reforma da legislação penal eleitoral: um necessário caminho para o aperfeiçoamento da democracia brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 25, n. 127, p. 295-320, jan. 2017.

_____. *Direito Penal Econômico. Fundamentos, limites e alternativas*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. Evasão de divisas no projeto de código penal. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 21, n. 243, p.5-6, fev. 2013.

_____. *Expansão do Direito Penal e globalização*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SUAY HERNÁNDEZ, Celia. Los elementos normativos y el error. *Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales*, v. 44, n. 1, 1991.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. *Culpabilidade*. 2a ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TAVARES, Juarez. *Teoria do injusto penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

TIEDEMANN, Klaus. *Derecho penal económico*. Introducción y parte general. San José: Grijley, 2009.

_____. La ley penal en blanco: concepto y cuestiones conexas. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 10, n. 37, p. 73-97, jan./mar. 2002.

TOLEDO, Francisco de Assis. *O erro no direito penal*. São Paulo: Saraiva, 1997.

TORÍO LÓPEZ, Ángel. El error iuris, perspectivas materiales y sistemáticas. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, v. 28, n. 1, p. 25-39, jan./abr. 1975.

WEBER, Hellmuth Von. Sobre el “error iuris” en las más modernas tendencias jurídicas alemanas. Tradução Quintano Ripollés. *Anuário de derecho penal y ciencias penal*, tomo 6, n. 1, 1953.

WELZEL, Hans. *Derecho penal alemán*. Tradução de Juan Busto Ramírez e Sérgop Yáñez Pérez. 11a ed., 4a ed. Castellana. Santiago: Editorial jurídica del Chile, 1993.

_____. *O novo sistema jurídico-penal*. Uma introdução à doutrina finalista. Tradução Luiz Regis Prado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro*. Parte geral. 3a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.